FUNDAÇÃO DE APOIO AO IFRN

Concurso Público da Prefeitura Municipal de Equador

EDITAL Nº 02/2026

EQUADOR

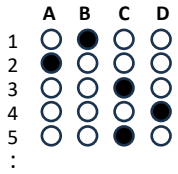
Trabalhando cada vez mais!

Caderno de Provas

CPE 14-NS	PROCURADOR JURÍDICO
Edital Nº. 02/2026 – Concurso Público do Município de Equador/RN	**Data: ____/____/____**

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- ☑ Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- ☑ Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- ☑ A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- ☑ Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- ☑ Em momento algum a pessoa candidata poderá se retirar definitivamente da sala de provas com o **Caderno de Provas**.
- ☑ Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa e 15 (quinze) questões de Conhecimentos Específicos.
- ☑ Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- ☑ Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- ☑ Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- ☑ Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- ☑ O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- ☑ A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Disciplina	*Número de questões*	*Pontos*
Língua Portuguesa	15 questões	30 pontos
Conhecimentos Específicos	15 questões	60 pontos
TOTAL DA PROVA	**30 questões**	**90 pontos**

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

_____

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 15 referem-se ao texto produzido a seguir.

A paralisação das pesquisas com inteligência artificial

Diogo Cortiz

Paralisar as pesquisas em inteligência artificial (IA) é impraticável e não atende a demandas urgentes. Esse assunto começou com uma carta publicada pelo instituto *Future of Life*, assinada por cientistas e figuras públicas como Elon Musk e Yuval Harari, pedindo que o treinamento de modelos de IA mais poderosos do que o GPT-4 — robô capaz de gerar textos sobre diversos assuntos — fosse interrompido por seis meses.

Quando li a carta pela primeira vez, fiquei entusiasmado ao ver a assinatura de alguns acadêmicos que influenciaram minha pesquisa. Até pensei em assiná-la, não só pelos nomes aos quais faria companhia mas também porque o avanço da IA me preocupa. A tecnologia trará consequências imprevisíveis nas dimensões econômica, social, política, cultural e cognitiva.

No entanto, após estudá-la com atenção, mudei de ideia. O conteúdo é superficial e com interesses latentes. A carta fundamenta seus argumentos em riscos hipotéticos ligados ao "longotermismo", corrente de pensamento do Vale do Silício que ignora problemas atuais para se preocupar com cenários de futuros não necessariamente inclusivos.

A carta pergunta se devemos desenvolver mentes não humanas que eventualmente nos superem e coloquem em risco o controle da nossa civilização, um questionamento com importância especulativa, mas não aborda temas imediatos, como algoritmos discriminatórios, anotação de dados com mão de obra barata, coleta global massiva de dados e concentração de poder.

A proposta de pausar o treinamento para conter uma possível IA super-humana desvia o foco do debate global com ênfase em transparência, responsabilidade e regulação. Além disso, seis meses não seriam suficientes nem para iniciar a discussão. É curioso observar que a OpenAI já esperou seis meses antes de liberar acesso ao seu modelo GPT-4, mas ainda assim não divulgou qualquer informação técnica sobre a IA ou os dados utilizados no treinamento.

O problema não está na pesquisa e treinamento de IA em si, mas no seu uso comercial sem transparência e regras. Estamos no berçário dos modelos amplos de linguagem (GPT-4, LaMDA, entre outros) e é fundamental continuarmos com as pesquisas para entender o seu funcionamento, melhorar suas capacidades, reduzir seus erros e aumentar o alinhamento com os interesses da sociedade. Isso demanda pesquisas e treinamentos adicionais, porque não adianta discutir critérios éticos e de segurança sem saber como aplicá-los.

Além disso, pausar o treinamento em IA é impraticável devido à acirrada competição não só entre empresas do Vale do Silício, mas também entre nações. Embora a carta não especifique uma fronteira geográfica, é evidente que há uma carga cultural ocidental em sua essência. A China, por exemplo, tem preocupações, regras e objetivos diferentes.

Em vez de pedir a suspensão, precisamos demandar transparência e responsabilidade das organizações enquanto debatemos orientações e critérios para a liberação dos modelos, com foco em consequências imediatas. A IA tem potencial para criar novos paradigmas sociais, econômicos e afetivos; por isso não podemos deixar que o futuro da humanidade seja desenhado por meia dúzia de empresas.

O que precisamos são regulações que imponham transparência e exijam que as organizações documentem e divulguem, no mínimo, os dados de treinamento e arquitetura de seus modelos. No Brasil, temos outras preocupações adicionais, como a coleta de dados de brasileiros e a concentração de poder nas mãos de poucas empresas do exterior. Nenhuma dessas questões será aprofundada com uma pausa nas pesquisas.

Disponível em: https://www.folha.uol.com.br/. Acesso em: 23 ago. 2024. (texto adaptado)

01. O texto é dominantemente

A) explicativo, pois dialoga com um posicionamento anterior, procurando ratificá-lo.
B) argumentativo, pois dialoga com um posicionamento anterior, procurando refutá-lo.
C) argumentativo, pois defende um posicionamento por meio de uma linguagem impessoal.
D) explicativo, pois defende um posicionamento consensual sobre um tema relacionado à ciência.

02. O título do texto é uma frase

A) nominal cuja leitura não direciona o leitor para o posicionamento explicitado.
B) verbal cuja leitura não direciona o leitor para o posicionamento explicitado.
C) nominal cuja leitura cria uma expectativa a ser desconstruída pelo texto.
D) verbal cuja leitura cria uma expectativa a ser desconstruída pelo texto.

03. A mudança no direcionamento do raciocínio desenvolvido pelo autor do texto é constatada no

A) segundo parágrafo, que é introduzido por um elemento linguístico sinalizador de tempo.
B) segundo parágrafo, que é introduzido por um elemento linguístico sinalizador de condição.
C) terceiro parágrafo, que é introduzido por um elemento linguístico sinalizador de conclusão.
D) terceiro parágrafo, que é introduzido por um elemento linguístico sinalizador de contraposição.

As questões 04, 05 e 06 referem-se ao trecho reproduzido a seguir.

> Quando li a carta pela primeira vez, fiquei entusiasmado ao ver a assinatura de alguns acadêmicos que influenciaram minha pesquisa. Até pensei em assiná-la, não só pelos nomes aos quais faria companhia mas também porque o avanço da IA me preocupa.

04. O uso da palavra "**Até**", acompanhada de verbo, sinaliza

A) uma ação não realizada.
B) a delimitação de um tempo.
C) uma inclusão de informação.
D) a especificação de um lugar.

05. Os elementos linguísticos **que** e **-la** foram empregados para

A) acrescentar informações; ambos exercem a função de sujeito.
B) acrescentar informações; ambos exercem a função de objeto direto.
C) retomar informações; o primeiro exerce função objeto direto, e o segundo, de sujeito.
D) retomar informações; o primeiro exerce função de sujeito, e o segundo, de objeto direto.

06. No segundo período,

A) há relação de paralelismo entre duas estruturas, sinalizando adição.
B) há relação de paralelismo entre duas estruturas, sinalizando contraposição.
C) inexiste relação de paralelismo entre duas estruturas, mas há relação de adição.
D) inexiste relação de paralelismo entre duas estruturas, mas há relação de contraposição.

07. No quarto parágrafo,

A) há citação direta, e o discurso citado encerra-se na palavra "civilização".
B) há citação indireta, e o discurso citado encerra-se na palavra "especulativa".
C) há citação indireta, e o discurso citado encerra-se na palavra "civilização".
D) há citação direta, e o discurso citado encerra-se na palavra "especulativa".

As questões 8, 9 e 10 referem-se ao período reproduzido a seguir.

> Embora a carta não especifique uma fronteira geográfica, é evidente que há uma carga cultural ocidental em sua essência.

08. A palavra **embora** poderá ser substituída, mantendo-se o sentido da informação, por

A) "caso", mas isso não exigirá mudança da forma do verbo da primeira oração.

B) "desde que", mas isso não exigirá mudança da forma do verbo da primeira oração.

C) "apesar de", mas isso exigirá mudança da forma do verbo da primeira oração para o infinitivo.

D) "mesmo que", mas isso exigirá mudança da forma do verbo da primeira oração para o infinitivo.

09. É correto afirmar que esse período é composto por

A) subordinação de orações, em que a primeira estabelece relação concessiva, e a terceira exerce função de sujeito da segunda.

B) subordinação de orações, em que a primeira estabelece relação condicional, e a terceira exerce função de sujeito da segunda.

C) coordenação de orações, em que a primeira estabelece relação condicional, e a terceira exerce função de objeto da segunda.

D) coordenação de orações, em que a primeira estabelece relação concessiva, e a terceira exerce função de objeto da segunda.

10. O verbo da terceira oração desse período, no contexto linguístico no qual se encontra,

A) é impessoal; por isso, mesmo que o seu complemento fosse flexionado para o plural, esse verbo permaneceria no singular.

B) é impessoal; por isso, se o seu complemento fosse flexionado para o plural, esse verbo iria, também, para o plural.

C) poderia ser substituído pelo verbo "existir", que permaneceria no singular, pois é, também, um verbo impessoal.

D) poderia ser substituído pelo verbo "existir", que, independentemente, da relação sintática estabelecida, permaneceria no singular.

11. Considere o trecho reproduzido a seguir.

> [...] pedindo que o treinamento de modelos de IA mais poderosos do que o GPT-4 — robô capaz de gerar textos sobre diversos assuntos — fosse interrompido por seis meses.

Sobre a pontuação desse trecho, considerando-se as relações sintático-semânticas da língua portuguesa, é correto afirmar:

A) os travessões poderiam ser substituídos por aspas.

B) os travessões poderiam ser substituídos por vírgulas.

C) o segundo travessão poderia ser substituído por ponto.

D) o primeiro travessão poderia ser substituído por ponto e vírgula.

12. O texto refere-se, algumas vezes, ao gênero "carta". Sobre esse gênero, é correto afirmar:

A) faz uso, exclusivamente, do tipo narrativo e circula em diferentes esferas da atividade social, como a jornalística e a das relações interpessoais.

B) pode fazer uso tanto do tipo narrativo quanto do tipo argumentativo e circula, exclusivamente, na esfera jornalística e acadêmica.

C) faz uso, exclusivamente, do tipo argumentativo e circula em diferentes esferas da atividade social, como a jornalística e a acadêmica.

D) pode fazer uso tanto do tipo narrativo quanto do tipo argumentativo e circula em diferentes esferas da atividade social, como a jornalística e a das relações interpessoais.

13. Considere o trecho reproduzido a seguir

> A carta fundamenta seus argumentos em riscos hipotéticos ligados ao “longotermismo” [...]

A palavra “hipotéticos” está empregada na função de

A) adjetivo e qualifica os riscos como algo a ser percebido como suposição.
B) advérbio e indica uma circunstância de modo na qual os riscos estão inseridos.
C) adjetivo e qualifica os riscos como algo a ser percebido como certeza.
D) advérbio e indica uma circunstância de condicionalidade na qual os riscos estão inseridos.

14. Ao se analisar o terceiro e o quarto parágrafos do texto, é correto afirmar:

A) ambos são desenvolvidos em torno de uma mesma ideia central, que está explícita no primeiro período do quarto parágrafo.
B) ambos são desenvolvidos em torno de uma mesma ideia central, que está explícita no primeiro período do terceiro parágrafo.
C) o quarto parágrafo tão somente desenvolve uma ideia central explícita no terceiro período do terceiro parágrafo.
D) o quarto parágrafo tão somente desenvolve uma ideia central explícita no segundo período do terceiro parágrafo.

15. Leia o período reproduzido a seguir.

> O que precisamos são regulações que **imponham** transparência e **exijam** que as organizações **documentem** e **divulguem**, no mínimo, os dados de treinamento e arquitetura de seus modelos.

Os verbos em destaque foram empregados no modo

A) subjuntivo e expressam desejo.
B) subjuntivo e expressam dúvida.
C) indicativo e expressam desejo.
D) indicativo e expressam dúvida.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Segundo as regras de repartição de competências entre os entes federativos previstas na Constituição Federal de 1988, compete, privativamente, à União legislar sobre

A) direito tributário.
B) juntas comerciais.
C) previdência social.
D) propaganda comercial.

17. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é condição de elegibilidade para o cargo de Governador de Estado, entre outras, a idade mínima de

A) 18 anos.
B) 21 anos.
C) 30 anos.
D) 35 anos.

18. O Senado Federal é composto de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Nos termos da Constituição Federal de 1988, cada Estado e o Distrito Federal elegerão

A) 3 senadores, com mandato de 8 anos.
B) 2 senadores, com mandato de 8 anos.
C) 3 senadores, com mandato de 4 anos.
D) 2 senadores, com mandato de 4 anos.

19. Sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, à luz das disposições da Lei n.º 9.882/1999, é correto afirmar:

A) a decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, mas poderá ser objeto de ação rescisória.
B) caberá agravo, no prazo de 5 dias, da decisão de indeferimento da petição inicial da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
C) a arguição de descumprimento de preceito fundamental também será cabível quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, excluídos os anteriores à Constituição.
D) em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental, ad referendum de um dos órgãos fracionários do Supremo Tribunal Federal.

20. A Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Consoante as disposições da referida lei, o regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação e/ou manutenção, por tempo determinado, denomina-se

A) contratação integrada.
B) contratação por tarefa.
C) empreitada integral.
D) fornecimento e prestação de serviço associado.

21. A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu art. 150, III, “b”, o chamado princípio da anterioridade anual ou de exercício financeiro, que estabelece a vedação aos entes federativos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Nos termos da Constituição, o princípio da anterioridade anual não se aplica ao imposto sobre

A) produtos industrializados, de competência da União.
B) renda e proventos de qualquer natureza, de competência da União.
C) propriedade predial e territorial urbana, de competência dos Municípios.
D) propriedade de veículos automotores, de competência dos Estados e do Distrito Federal.

22. Consoante as disposições do Código Civil de 2002, a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários, prescreve em

A) 1 ano.
B) 2 anos.
C) 3 anos.
D) 5 anos.

23. Nos termos do Código de Processo Civil, uma vez verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício. Em caso de descumprimento da determinação, na fase recursal perante o tribunal de justiça, tribunal regional federal ou tribunal superior, o relator

A) não conhecerá do recurso, se a providência couber ao recorrido.
B) determinará o desentranhamento das razões recursais, se a providência couber ao recorrente.
C) conhecerá, mas desproverá o recurso, se a providência couber ao recorrente.
D) determinará o desentranhamento das contrarrazões, se a providência couber ao recorrido.

24. De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), sobre dívida e endividamento, se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos

A) dois subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.
B) três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.
C) três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% no primeiro.
D) dois subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% no primeiro.

25. João da Silva, na qualidade de funcionário público municipal, retardou, indevidamente, a prática de um ato de ofício, com o objetivo de satisfazer interesse pessoal. Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Penal (Decreto-Lei n.º 2.848/1940), João da Silva deve, em tese, responder pelo crime de

A) concussão.
B) prevaricação.
C) corrupção passiva.
D) condescendência criminosa.

26. Consoante as regras de processo legislativo previstas na Lei Orgânica do Município de Equador/RN, a emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pelo(a)

A) Plenário da Câmara.
B) Prefeito Municipal.
C) Mesa da Câmara.
D) Presidente da Câmara.

27. Ainda de acordo com as regras de processo legislativo previstas na Lei Orgânica do Município de Equador/RN, a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta

A) da maioria simples dos membros da Câmara.
B) de dois terços dos membros da Câmara.
C) de um terço dos membros da Câmara.
D) da maioria absoluta dos membros da Câmara.

28. Conforme as disposições sobre a política rural previstas na Lei Orgânica do Município de Equador/RN, a lei criará e disciplinará, com a finalidade de apoiar principalmente os pequenos produtores, o Conselho Municipal de

A) Agricultura e Abastecimento.
B) Política Agrícola.
C) Desenvolvimento Rural.
D) Fomento Agrário.

29. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Equador/RN (Lei nº 384/97), para o processamento dos exames de classificação de servidores para promoções e o desempenho das demais atribuições previstas em lei, é instituída a Comissão Municipal de Serviço Civil, a ser composta por

A) 7 membros, com 3 vogais destinados a preencher eventuais ausências.
B) 5 membros, com 2 vogais destinados a preencher eventuais ausências.
C) 7 membros, com 2 vogais destinados a preencher eventuais ausências.
D) 5 membros, com 3 vogais destinados a preencher eventuais ausências.

30. Consoante as disposições do Estatuto dos Servidores Municipais de Equador/RN (Lei nº 384/97) acerca do regime disciplinar, a sindicância é peça preliminar e informativa do inquérito administrativo, devendo ser promovida quando os fatos estiverem definidos ou faltarem elementos indicativos da autoria. De acordo com o Estatuto, a sindicância deverá estar concluída no prazo de

A) 30 dias, podendo ser prorrogada mediante justificação fundamentada.
B) 60 dias, podendo ser prorrogada mediante justificação fundamentada.
C) 30 dias, sendo vedada a sua prorrogação.
D) 60 dias, sendo vedada a sua prorrogação.